

SIG/MP n. 06.2018.00002334-1

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio de sua Promotora de Justiça signatária, doravante designado **COMPROMITENTE** e o **MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 16.780.795/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Deyvisonn da Silva de Souza, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.000023341-1, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que é atribuição constitucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República (artigo 129, inciso II, da CF/88);

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, impõe ao Ministério Público promover a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo garantir o seu respeito pelos poderes estaduais e municipais;

CONSIDERANDO o artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece como direito básico dos consumidores a proteção da vida, saúde e segurança, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

CONSIDERANDO o artigo 198 da Constituição Federal, que dispõe que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único;

CONSIDERANDO que o artigo 200 da Lei Maior estabelece que *“ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...] II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador [...]”*;

CONSIDERANDO o artigo 2º da Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), segundo o qual a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da lei acima citada prevê que *“o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde”*;

CONSIDERANDO o artigo 6º da lei supramencionada, que incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de vigilância sanitária;

CONSIDERANDO o conceito previsto no §1º do artigo 6º supra, segundo o qual vigilância sanitária é um *“[...] conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde”*;

CONSIDERANDO o artigo 7º ainda do mesmo diploma legal, que prevê os princípios e diretrizes do SUS de universalidade do acesso, integralidade da atenção e descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo;

CONSIDERANDO que o artigo 17 dispõe que *“à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde; [...] IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços: [...] b) de vigilância sanitária [...]”*;

CONSIDERANDO que cabe à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) executar o serviço de vigilância sanitária (artigo 18, inciso IV, alínea *b*, da Lei n. 8.080/90);

CONSIDERANDO a existência do Pacto pela Saúde/2006, que o define como *“um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade do Sistema Único de Saúde”*;

CONSIDERANDO que as Vigilâncias Sanitárias Municipais deverão pactuar as ações com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e estas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tendo como base um “elenco norteador”;

CONSIDERANDO o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA/2007) como *“um instrumento de eleição de prioridades em VISA [...]”. A implementação do PDVISA se dá por meio dos Planos de Ação em Vigilância Sanitária. Esses Planos de Ação são um instrumento de planejamento interno das VISAS em consonância com o PlanejaSUS e com o Pacto pela Saúde”*;

CONSIDERANDO que os “*Planos de Ação em Vigilância Sanitária*” são uma ferramenta de planejamento, em que estão descritas todas as ações que a Vigilância Sanitária pretende realizar durante um exercício, assim como as atividades a serem desencadeadas, as metas e resultados esperados e seus meios de verificação, os recursos financeiros implicados e os responsáveis e parcerias necessárias para a execução dessas ações;

CONSIDERANDO que a Deliberação n. 250/CIB/2019, da Comissão Intergestores Bipartite deste Estado, estabeleceu os critérios para a construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária/2017-2019;

CONSIDERANDO que os recursos federais têm relevância estratégica na execução das ações e contribuem para que as VISAs e gestores possam fortalecer o processo de descentralização;

CONSIDERANDO que os valores definidos, pactuados e distribuídos entre os municípios são repassados mensalmente de forma regular e automática Fundo a Fundo e serão reajustados anualmente com base na população estimada pelo IBGE;

CONSIDERANDO que os recursos federais destinados às ações de vigilância sanitária são constituídos de Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) e Piso Variável de Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO a responsabilidade do gestor público na administração de recursos públicos, notadamente, na sua aplicação, a fim de que seja alcançada a eficiência da atividade administrativa, traduzido no atendimento ao princípio da eficiência esculpido no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a existência do Programa de Fortalecimento das Parcerias Administrativas para Proteção da Saúde do Consumidor –

Fortalece VISA, que foi eleito pelo Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, e de maneira inédita, pela sociedade catarinense, como prioridade para 2022-2023, e que tem como objetivo promover a articulação com os Órgãos Públicos municipais, estaduais e federais incumbidos da fiscalização dos setores regulados, cujos produtos e serviços representam riscos à saúde dos consumidores. Além disso, busca estimular o Poder Público a constituir e a estruturar órgãos de fiscalização de produtos e serviços potencialmente causadores de riscos à saúde dos consumidores e incentivar a regularização dos fornecedores de produtos e serviços afetos à área da saúde do consumidor;

CONSIDERANDO que foram coletados dados dos órgãos de Vigilância Sanitária Municipais de todo estado de Santa Catarina, em relação à estrutura legal, física, recursos materiais, estrutura administrativa e operacional.

CONSIDERANDO que a Vigilância Sanitária Estadual realizou supervisões nos serviços de vigilância sanitária municipais em todo o Estado, tendo elaborado o Relatório de Avaliação da Supervisão no Município de Pescaria Brava, apontando as seguintes deficiências:

- ? **não** possuir espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades de VISA; (item 2);
- ? Os equipamentos e aparelhos específicos para inspeção, embora existentes, **não** são devidamente aferidos e calibrados para que não haja contestação ou invalidação dos autos de autuação (item 4);
- ? **não** dispõe de um fiscal devidamente habilitado, capacitado e credenciado para o desempenho das funções (item 6);
- ? **não** há comprovação contábil de caráter público, de acordo com a Lei da Transparência, das aplicações dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (item 10);

- ? **não** possui relatórios de todos os estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária completos e detalhados (item 22);
- ? os autos de intimação e infração são emitidos apenas para alguns estabelecimentos quando pertinentes (item 25);
- ? **não** analisa ou classifica as demandas de inspeções e/ou infrações realizadas (item 26);
- ? participa de programas de monitorando apenas quando solicitado (item 28);
- ? **não** faz busca ativa de estabelecimentos clandestinos (item 32)
- ? o Gestor Municipal de Saúde **não** tem conhecimento dos Processos Administrativos Sanitários – PAS (item 35)

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com base no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985; Resolução n. 179/2017/CNMP; e artigo 19 do Ato n. 335/204/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

I - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA

CLÁUSULA 1ª O Município de Pescaria Brava compromete-se a cumprir e desenvolver as ações e metas estabelecidas no “*Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária*”, conforme pactuação com a Vigilância Sanitária Estadual, durante o prazo indicado no documento.

CLÁUSULA 2ª - O Município de Pescaria Brava compromete-se a inserir o “*Plano Municipal de Ações de Vigilância Sanitária*” na sua Programação Anual da Saúde (PAS), observando as diretrizes constantes no Plano de Saúde.

CLÁUSULA 3ª - O Município de Pescaria Brava compromete-se a detalhar no Relatório Anual de Gestão (RAG) os demonstrativos das ações, resultados alcançados e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde no âmbito municipal, submetido ao respectivo Conselho de Saúde, **encaminhando tal documento a esta Promotoria de Justiça até o final do primeiro trimestre do exercício de 2023** (*laguna03pj@mpsc.mp.Br*).

CLÁUSULA 4ª - O Município de Pescaria Brava compromete-se a, **até o final do mês de julho de 2023**, prover a estrutura necessária para a eficaz atuação da VISA Municipal, disponibilizando uma sala de uso exclusivo em condições estruturais adequadas, com espaço para todos os integrantes do referido órgão municipal, equipada minimamente com 3 computadores, uma impressora colorida e um clororímetro novo, além dos equipamentos de medições já existentes.

Parágrafo único: o cumprimento da presente cláusula deverá ser comprovado, no prazo previsto acima, mediante a remessa de fotografias ao endereço eletrônico desta Promotoria de Justiça (*laguna03pj@mpsc.mp.Br*).

CLÁUSULA 5ª - O Município de Pescaria Brava compromete-se a, no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, promover a habilitação, a capacitação e o credenciamento de ao menos um fiscal, de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária Estadual.

Parágrafo único: o cumprimento da presente cláusula deverá ser comprovado, no prazo previsto acima, mediante a remessa de certificado, emitido pela Secretaria de Estado da Saúde.

CLÁUSULA 6ª - O Município de Pescaria Brava, por meio de sua Vigilância Sanitária, compromete-se a instaurar o devido procedimento administrativo sempre que constatada a necessidade, de acordo com a previsão legal, levando a efeito a aplicação das devidas penalidades, quando for o caso.

CLÁUSULA 7ª - O Município de Pescaria Brava se compromete a manter em bom funcionamento e devidamente calibrados os equipamentos e aparelhos específicos para inspeção, para que não haja contestação ou invalidação dos autos de infração eventualmente gerados, encaminhando, **no prazo de até 30 (trinta) dias**, declaração de aferição de cada um dos equipamentos disponíveis à equipe.

CLÁUSULA 8ª - O Município de Pescaria Brava se compromete a manter, devidamente atualizado, relatório completo e detalhado de todos os estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, bem como de realizar, periodicamente, busca ativa de estabelecimentos potencialmente clandestinos, encaminhando, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, cópia do relatório atualizado e dos registros das buscas ativas realizadas no período.

CLÁUSULA 9ª - O Município de Pescaria Brava, por atividade da Vigilância Sanitária Municipal, compromete-se na obrigação de fazer consistente em, a cada **30 (trinta) dias**, vistoriar no mínimo 5 (cinco) locais que possuam alvará sanitário concedido.

Parágrafo Único: As atividades desenvolvidas no cumprimento da presente cláusula deverão ser registradas em relatório mensal, no qual constarão, no mínimo, a data da realização da vistoria, o local, a identificação do titular do alvará, as irregularidades constatadas, as providências adotadas e as adequações implementadas.

CLÁUSULA 10ª - O Município de Pescaria Brava, por atividade da Vigilância Sanitária Municipal, compromete-se na obrigação de fazer, consistente em catalogar, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, e a fiscalizar periodicamente, no mínimo uma vez a cada trimestre depois do prazo estabelecido para catalogação, os estabelecimentos que industrializam, produzem, processam, manipulam, comercializam ou servem alimentos.

Parágrafo único: As atividades desenvolvidas no cumprimento da

presente cláusula deverão ser registradas em relatório bimestral, no qual constarão, no mínimo, a data da realização da vistoria, o local, a identificação do titular do alvará, as irregularidades constatadas, as providências adotadas e as adequações implementadas.

CLÁUSULA 11ª - O Município de Pescaria Brava se compromete em classificar as demandas de inspeções e/ou infrações realizadas, identificando as maiores incidências de transgressões sanitárias, apresentando, **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, relatório de classificação e providências a serem adotadas no âmbito da VISA para prevenir as violações recorrentes.

II - DA MULTA COMINATÓRIA

CLÁUSULA 12ª - O **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), destinado ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) por dia, sempre que constatado o descumprimento de qualquer das obrigações acima;

III - DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 13ª - O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

IV – CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA 14ª - O prazos estabelecidos, salvo disposição em contrário, terão início a partir da assinatura do presente Termo de Compromisso.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 15ª - As partes poderão rever o presente ajuste,

mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 16ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLAÚSULA 17ª - As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Laguna/SC;

CLAÚSULA 18ª - Os signatários tomaram ciência de que este procedimento será arquivado e será instaurado procedimento de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ.

BRUNA GONÇALVES GOMES

Promotora de Justiça

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito do Município de Pescaria Brava

Bárbara Luz Fernandes

Procuradora do Município – OAB 63181

Fernando Rodrigues

Chefe de Vigilância Sanitária